



CPI da Casan encerra trabalhos

Depois de um ano e cinco meses de trabalhos e de ouvir 119 pessoas, analisando mais de mil processos trabalhistas, e documentar mais de 120 mil folhas, foi encerrada na quinta-feira (21) a CPI da Casan, com a apresentação do relatório final. Entre as conclusões obtidas através da investigação – que teve como fato determinante um passivo trabalhista superior a R\$ 200 milhões - a CPI apontou dois benefícios obtidos por funcionários da estatal, em Acordo Coletivo de Trabalho, como os geradores da verdadeira indústria de ações trabalhistas contra a empresa.

“A estabilidade no emprego e a comissão paritária para a instauração de processo disciplinar para a apuração de irregularidades cometidas por funcionários, resultando quase sempre em impunidade”, diz o relatório, são os maiores responsáveis pela avalanche de ações. Soma-se a isso a total falta de controle em setores essenciais, como as áreas jurídica e de pessoal, a comprovada ação ilícita de advogados que trabalharam para a Casan, a falta de comando e desmandos da administração. Integraram a CPI os deputados Di-

onei Walter da Silva (PT), Mauro Mariani (PMDB), respectivamente presidente e relator da Comissão, Antônio Carlos Vieira (PP), Pedro Baldissera (PT) e Joares Ponticelli (PP).

Além dos parlamentares, também participaram da sessão o presidente da Casan, Walmor de Lucca, o secretário de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e do Meio Ambiente e também proponente da abertura da CPI, Sérgio Godinho (PTB), a promotora do Ministério Público Estadual, Márcia Arend, o representante da Procuradoria Geral do Estado, Juliano Dosseina, o representante do Tribunal de Contas do Estado, João Santana, além de representantes de entidades ligadas à estatal, OAB, Ministério Público do Trabalho, entre outras autoridades.

Páginas centrais



(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Dezenas de pessoas prestaram depoimento à CPI (abaixo) em mais de um ano de trabalho. Acima, a leitura do relatório



Aniversário da PRF

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Graciosa Rota Botelho, primeira mulher patrulheira, recebeu homenagem especial das mãos da

deputada Simone Schramm (PMDB), pelos 43 anos da Polícia Rodoviária Federal.

Página 3

Audiência discute Segurança

Requerida pelo presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB), a audiência teve a presença do secretário estadual da Segurança Pública e

Defesa do Cidadão, deputado licenciado Ronaldo Benedet (PMDB), no último dia 26, após a ordem do dia. Benedet apresentou um relatório das ações implementadas e respondeu a questionamentos dos parlamentares.

Página 6

SEC MLEGIS

A Assembléia Legislativa catarinense sedia, nos próximos dias 3 e 4 de dezembro, o III Seminário Nacional de Comunicação no Poder Legislativo. O tema central é “Comunicação, ética e interesse público”.

Estado paralisado

O governo encontra-se em sérias dificuldades financeiras, sem a mínima capacidade de investimento. Até o secretário do Planejamento já reconheceu a situação. Ele afirmou em entrevista à imprensa que o Estado perdeu a capacidade de investimento, "por conta do descompasso entre a crescente necessidade por mais recursos e a estagnação da arrecadação".

Desde o início do ano, o governo corta alguns gastos com a manutenção da máquina. A liberação de convênios é o conta-gotas. As despesas com contratos terceirizados, diárias, telefone, combustíveis e veículos são revistas mês a mês. Fala-se em cortes na folha do funcionalismo, que no ano passado teve reajuste de 1%.

Um fórum promovido pela Federação das Indústrias deu a dimensão exata da paralisia. Nada menos que R\$ 2,5 bilhões, estima-se, seriam necessários para que Santa Catarina retomasse o ritmo normal de crescimento. "A malha viária de portos, aeroportos e rodovias está deteriorada e dificulta a chegada de produtos ao destino", afirmou o presidente da Fiesc, José Fernando Xavier Faraco. A imprensa tem destacado o cenário desolador dos portos catarinenses - Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba - limitados na capacidade de carga, sem recursos e passando por crises sem precedentes. Numa reunião com empresários, o governo foi levado a concluir que o crescimento

das exportações está diretamente relacionado ao investimento nos portos. Mas ficou nisso.

A administração portuária investe R\$ 5 milhões em obras de manutenção do canal no porto de Itajaí e o setor privado outros R\$ 20 milhões em equipamentos para movimentação de cargas, ampliação do cais e estocagem. O Estado aguarda recursos do governo federal. São Francisco do Sul, com o terceiro administrador em 17 meses, aguarda R\$ 52 milhões para ampliar o espaço físico do terminal.

Ocupado com suas próprias extravagâncias, o governo assiste ao empresariado catarinense buscar terminais de outros Estados para exportar, diante do sucateamento dos nossos portos. Nem mesmo através da propalada amizade com o companheiro-presidente consegue sensibilizar ministros e receber parte do que o governo federal lhe teria reservado - algo em torno de R\$ 141 milhões.

O que produz são medidas criativas demais para serem digeridas pela sociedade, como a investida contra a "conta única" do Tribunal de Justiça, formada por depósitos judiciais e protegida por lei. Assim, as promessas não saem do papel, não há obra significativa no Estado, o funcionalismo está sem reajuste e a segurança, que combate o crime com uma cartilha distribuída à população, a qualquer momento pode parar.

Deputado Antônio Ceron (PFL)

A insegurança das estatísticas frias

"Veja os números da violência em Santa Catarina", dizia a manchete. E vinham lá os números. E todos lemos. Será que já é tão normal a sociedade acompanhar a morte de seus jovens por meras estatísticas? Números frios? Parece.

O jornalista Fernando Evangelista, em reportagem para a revista Caros Amigos, publicada em junho deste ano, sob o título "Paulo vai morrer daqui a pouco", colocou o dedo nesta ferida. Mostra a trajetória de um jovem negro em Florianópolis, o Paulo, nas horas que antecedem seu assassinato. Mostra que Paulo tinha uma história. Mostra que Paulo não era apenas um número. Mostra que Paulo Roberto Cristóvão, de 19 anos, não precisava morrer. "No dia 4 de maio, Jéferson Luiz Lisboa, 23 anos, o garoto que matou Paulo, foi encontrado morto em outra favela de Florianópolis. Ele levou três tiros: um no pescoço e dois na cabeça. Os jornais, os de sempre, noticiaram o assassinato como sendo o 54º", relata a matéria de Evangelista.

Fica o questionamento: será que devemos ficar discutindo números ou precisamos debater com mais respeito a vida de cada um de nossos jovens? Sempre que o assunto em pauta na Assembleia Legislativa é segurança pública, recebemos as explicações da pasta diretamente relacionada com a área, ou seja, a Secretaria Estadual da Segurança Pública. Será que não seria mais produtivo e eficaz se recebêssemos as Secretarias da Educação, da Saúde, do Esporte e Lazer, da Cultura? Segurança pública precisa ser entendida de maneira mais abrangente, ou vamos ficar sempre nos números.

Quero comprometer aqui cada um de nós para que as frias estatísticas da violência não sejam mais o único referencial sobre a vida de nossos jovens. Cobrar, efetivamente, que todas os órgãos responsáveis de nossas instituições estejam presentes é o mais correto. Não é mais possível ouvir números e continuar sabendo que alguém vai morrer daqui a pouco.

Deputado Afrânio Boppré (PT)

Dia do Servidor

A Assembleia Legislativa e a Afalesc homenagearam os servidores da Casa, no final da tarde de quarta-feira, (27), com um coquetel festivo marcando a passagem do Dia do Funcionário Público, comemorado no dia 28 de outubro. O evento contou com a apresentação do Coral da Alesc, do violinista André Gomes Augenstein e da dupla teatral "Seo maneca e sua filha".

O 1º vice-presidente e funcionário da Casa, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), falou aos servidores em nome da Mesa, enfatizando a sua importância para o bom funcionamento dos trabalhos legislativos. "Temos orgulho de nossos servidores, considerados exemplo em todo o país", assinalou.

O servidor mais antigo, Michel Curi, na Casa desde 1959, representando os funcionários, exaltou a dedicação de todos, elevando o nível de atendimento do Poder Legislativo à população.

Dia de reflexão - Além dos demais deputados que ocuparam a tribuna para saudar o Dia do Funcionário Público, o deputado Antônio Ceron (PFL) disse que a data comemorada é de reflexão. Ele destacou a importância do papel exercido por esta categoria de trabalhadores, mas disse que falta motivação na prestação dos serviços. "Hoje, o funcionário público de Santa Catarina deve questionar sua situação. Além de não ter aumento, houve decréscimo salarial, com o aumento da quota previdenciária", manifestou. (CA)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Coquetel reuniu servidores no hall da Alesc

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

PRF recebe homenagem em seus 43 anos

Scheila Dziedzic

Há 43 anos eram no meados os primeiros patrulheiros rodoviários federais de Santa Catarina. Vinte e um homens foram designados para fiscalizar as rodovias no Estado, trabalhando em dois postos: Itapocu, no município de Araruama, na BR-101, e em Lages, na BR-116. Isso aconteceu em 1º de novembro de 1961. De lá para cá foram

inúmeros os serviços prestados aos catarinenses pela PRF (Polícia Rodoviária Federal), o que motivou iniciativa do deputado Onofre Agostini (PFL) de realização de sessão solene, às 19 horas do dia 20.

A inclusão de mulheres no quadro funcional, ocorrida na década de 80, tendo a patrulheira Graciosa Rota Botelho como primeira contratada, foi outro momento marcante no evento. A deputada Simone Schramm (PMDB) entregou um buquê de flores a

Graciosa. "Quarenta e três anos depois, 436 profissionais, dos quais 40 mulheres, distribuídos em 22 postos rodoviários e oito delegacias, têm a responsabilidade da fiscalização de mais de 140 mil veículos, que trafegam por dia nos 2.304 quilômetros da malha viária federal do estado composta de oito rodovias", contou Agostini.

É importante lembrar que a atuação de um patrulheiro rodoviário não se limita à fiscalização e orientação. Eles trabalham

também para combater o crime organizado, o contrabando, o tráfico de drogas, a prostituição infantil e a embriaguez ao volante, além do atendimento a acidentes, comentou o deputado.

Para o superintendente da PRF, Luiz Ademar Paes, os 43 anos da instituição são um momento, não só de alegria, mas principalmente de meditação sobre a responsabilidade que tem a corporação. "Temos sempre presente que, entre as nossas diversas missões, a mais nobre e soberana é a de salvar vidas. Para que possamos cada vez mais e melhor atender a população, estamos desde 1991 intensificando a qualificação dos nossos policiais e servidores de apoio administrativo".

Parlamentares presentes ao evento com o superintendente da PRF, Luiz Paes, e o deputado Onofre, também homenageado com o troféu Amigo da Polícia Rodoviária Federal



História

A corporação começou a trabalhar em 24 de julho de 1928, quando o presidente Washington Luiz assinou o Decreto nº 18.323, que definia as regras de trânsito da época. Inicialmente, era a Polícia das Estradas.

Em 1935, Antônio Félix Filho, considerado o primeiro patrulheiro rodoviário federal, foi convocado, a pedido do engenheiro-chefe da Comissão de Estradas de Rodagem, atual DNIT, Yeddo Fiúza, para organizar os serviços de vigilância das rodovias Rio/Petropolis, Rio/São Paulo e União Indústria. Até meados de 1939, o sistema rodoviário incluía apenas as rodovias Rio/Petropolis, Rio/São Paulo, Rio/Bahia e União Indústria. O serviço foi ampliado em 1943, com a criação do Núcleo da Polícia das Estradas, no Paraná, com o objetivo de exercer o policiamento de trânsito em rodovias em construção naquele Estado.

Atualmente, a PRF atua em 53 mil quilômetros de rodovias e estradas, de Norte a Sul do Brasil. Com o Decreto nº 8.463 (Lei Joppert), de 27 de dezembro de 1945, que criou o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), nascia a denominação de Polícia Rodoviária Federal.

Sessão homenageia colunista

Empresários, jornalistas, políticos, autoridades, amigos e familiares do colunista Cacau Menezes compareceram à sessão solene em sua homenagem, na noite do dia 25, no Plenário. A iniciativa foi do deputado Nilson Nelson Machado-Duduco (sem partido). Na oportunidade, Cacau recebeu da Assembleia Legislativa, através de sua mãe, Brasília, da esposa, Elvira, e dos filhos Manoel e Maria Cândida, uma placa comemorativa. A solenidade foi presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), 1º secretário da Mesa, e abrilhantada pelo Coral do Legislativo.

Duduco iniciou o pronunciamento citando um trecho do livro "Retalhos do Tempo", de Manoel Menezes, pai de Cacau, e fez um breve relato da sua infância e do início da carreira, como locutor de rádio e escrevendo para o jornal "O Ilhéu", de sua propriedade. "Cacau sempre foi um defensor de sua terra, um retrato da geração de sua época pela irreve-

rência, por criar algo novo, na luta pela liberdade que a ditadura fez sucumbir por 25 anos". O parlamentar qualificou-o como o colunista mais polêmico e amado do Estado e lembrou que o amigo, e também colunista Beto Stodieck, já falecido, foi o companheiro de sua primeira viagem para os Estados Unidos. "Ele marcou sua trajetória pelo comprometimento com a verdade, a defesa de nosso povo e de nossa cultura", disse Duduco.

Representando a Associação Catarinense de Imprensa, o jornalista Moacir Pereira agradeceu à Casa pela homenagem e à família pela força dada todos os dias nos 25 anos de atuação em dois veículos tão distintos, jornal e televisão. "Estes anos foram marcados por lutas, vitórias e desencantos ao escrever uma das colunas mais lidas dos jornais catarinenses, além da participação diária na TV". Titon parabenizou o homenageado pela brilhante carreira e frisou o apoio

dado pelos 40 deputados que muito admiram o seu trabalho.

Emocionado, Cacau afirmou que herdou do pai o vício de falar e escrever, atividades que garantem o sustento da família e que o acompanham há 36 anos. "Aos 13 anos, no Maracanã, em cima de um engradado de cerveja, eu narrei para a Rádio Jornal A Verdade o jogo entre Metropól e Botafogo. No dia 5 de novembro, completo 25 anos de TV, onde comecei na estréia do Jornal do Almoço. Não abro mão da minha liberdade e independência". Sempre citando o pai em sua fala, o colunista ressaltou o fato dele ter sido cassado duas vezes, caso único no país. "Meu pai foi cassado pela Assembleia Legislativa, por falta de decoro parlamentar, e pelo general Castelo Branco. Esta festa é para ele, que sempre quis ser deputado, achava isto o máximo", concluiu, não esquecendo de mencionar pessoas que foram importantes em sua vida. (RV)



Deputado Duduco e Cacau Menezes

CPI da Casan

Estatal deixou de cumprir sua função

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)

Carlos Agne

O deputado Mauro Mariani (PMDB) iniciou a leitura do relatório, que acumula mais de 400 páginas além da documentação anexa, apresentando um histórico da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito através do Ato da Presidência DP nº 020/2003, com o propósito de investigar a origem da dívida trabalhista que motivou os processos administrativos e judiciais na Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S/A). “Os resultados das investigações mostram que as obrigações da empresa, decorrentes de relações de trabalho, são determinantes, embora não exclusivas, para a insistente, lamentável e vergonhosa seqüência de resultados negativos em sua atividade. Do jeito que as coisas estão, a realidade nos mostra que a empresa investigada se tornou um fardo para a sociedade. Portanto, é preciso mudar, e urgente, para que, de um peso, esta empresa, que é patrimônio de todos os catarinenses, se transforme numa alavanca para o progresso de nossa gente”, afirmou.

Logo após a leitura do relatório, aprovado por unanimidade, o deputado Antônio Carlos Vieira (PP) manifestou sua posição depois de um extenso trabalho de investigação e diligências. “Foi um trabalho muito bem feito e bem elaborado em que se pode constatar os absurdos que levaram ao volu-



Parlamentares, representantes do Ministério Público e outras instituições

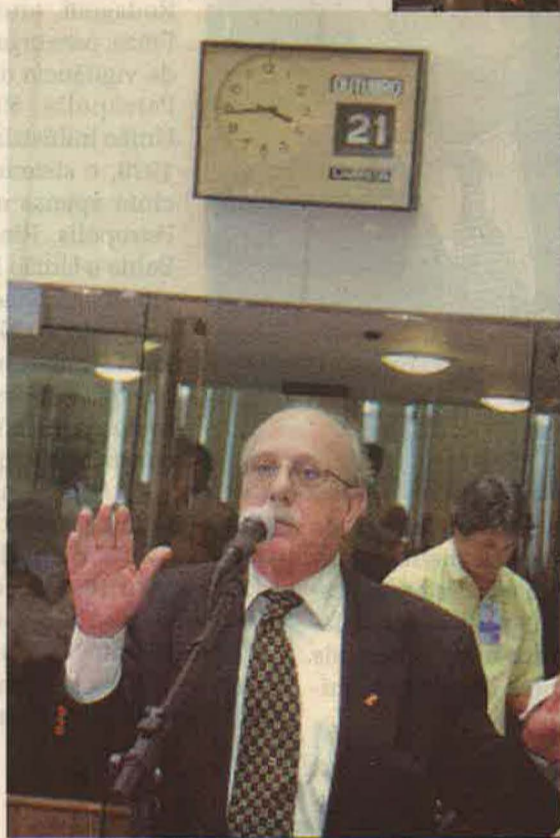
me do passivo trabalhista. Destaco também que os sete deputados membros pertencem às mais diversas siglas e não houve, durante todo o período, qualquer conotação político-partidária”, assinalou. Depois, o deputado licenciado Sérgio Godinho (PTB) explicou as razões que o levaram a propor a criação da Comissão, seguida dos comentários positivos sobre

o apoio dado pelo Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado às investigações.

O presidente da estatal, Walmor de Lucca, enfatizou que a CPI ajudou substancialmente a evitar que o passivo

financeiro aumentasse e pudesse ser controlado. “Hoje, podemos dizer que nada devemos da suposta dívida trabalhista de R\$ 207 milhões. E, ainda mais, se pode ver a transparência do ato dos parlamentares. Tivemos dificuldades para atender a equipe técnica. Não faltou empenho e determinação de nossa diretoria para entregar a documentação solicitada. Nossos cumprimentos à Assembléia Legislativa pelo excelente trabalho”, complementou.

O relatório foi encaminhado à Presidência da Casa, ao governo do Estado, Secretaria Estadual da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado, Ministérios Públicos Estadual e do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Varas das Comarcas onde tramitam processos, Tribunal de Contas do Estado e Conselho de Política Financeira. do Estado.



Walmor de Lucca: “Nada devemos”

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



A investigação acumulou milhares de páginas em documentos, testemunhos e análises técnicas



Mariani e Dionei entregaram cópia do relatório ao vice-presidente, Agostini, e ao 1º secretário,

(fotos Carlos Agne)

o e apresenta resultados negativos

Principais conclusões

1. A Casan, por conta de sucessivos governos, tem sofrido de alta rotatividade nos seus cargos de direção superior;

2. A excessiva rotatividade e a falta de profissionalização da diretoria da empresa abriu caminho para desmandos administrativos, que se não são estimulados também não são coibidos pela estrutura hierárquica da empresa;

3. O Conselho Fiscal, importante órgão de fiscalização e controle da diretoria da empresa, tem sido inoperante; o Conselho de Política Financeira e a Procuradoria Geral do Estado não têm estrutura para acompanhar e se certificar de que suas recomendações são seguidas pela empresa. Outros órgãos importantes de controle e fiscalização (Auditoria Interna, Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e Tribunal de Contas do Estado), embora atuantes, têm sido ignorados pelas sucessivas diretorias da empresa em suas recomendações acerca de problemas administrativos constatados;

4. Os problemas financeiros da Casan não são decorrentes das tarifas que pratica (uma das mais altas do país), mas da forma como tem gastado os seus recursos financeiros, inclusive em despesas de pessoal;

5. Os baixos índices de rentabilidade e os resultados negativos em alguns exercícios, no período entre 1987 e 2003, foram influenciado, embora não de forma exclusiva, pela concessão desmedida de benefícios trabalhistas, mediante Acordos Coletivos de Trabalho e alterações no Plano de Cargos e Salários da Companhia;

6. Em razão disso, a Casan ostenta atualmente a melhor média salarial entre as empresas do ramo de saneamento no país; cada funcionário da empresa, inclusos os encargos incidentes sobre sua remuneração, custa em média R\$ 6 mil mensais;

7. O elevado padrão de remuneração média dos funcionários da Casan se deve a: a) um conjunto de benefícios trabalhistas concedidos, que excedem aqueles previstos na CLT e na Constituição Federal; b) um Plano de Cargos e Salários mal dimensionado, com excessivo intervalo entre o nível inicial e final de cada cargo, e que tem proporcionado, por conta de decisões judiciais, promoções e progressões automáticas que elevam a remuneração de seus funcionários;

8. A estabilidade no emprego e a comissão paritária para a instauração de processo disciplinar para a apuração de irregularidades cometidas por funcionários, resultando quase sempre em impunidade, têm estimulado a indústria de ações trabalhistas contra a empresa;

9. Apesar da empresa ter sofrido milhares de ações trabalhistas nos últimos anos, não se estruturou para enfrentar este problema, havendo uma completa desarticulação entre as diversas áreas ligadas ao assunto: jurídico, recursos humanos, operacional, financeiro e contabilidade, entre outros;

10. A falta de controle sobre os desembolsos decorrentes de ações trabalhistas é tanta, que a própria CPI teve que construir o seu banco de dados, a partir de cópias dos documentos contábeis, a fim de poder obter informações precisas. Apenas no período de 1º/01/1998 a 30/06/2004, a Casan desembolsou cerca de R\$ 50 milhões (valores históricos), decorrentes de ações judiciais trabalhistas;

11. As ações atualmente em andamento, muitas em fase de execução, contemplam valores que podem oscilar entre R\$ 20 milhões e mais de R\$ 50 milhões, a depender do sucesso da defesa jurídica da empresa no questionamento dos cálculos apresentados pelos autores;

12. O maior volume de desembolso decorre de ações trabalhistas que pedem o pagamento de horas extras e de ações trabalhistas que pedem judicialmente promoções na escala salarial do Plano de Cargos e Salários da Companhia;

13. As ações judiciais que pedem promoções na escala salarial (as denominadas ações de níveis), no entender da CPI, são indevidas. Embora, até o momento, a empresa tenha sido bem-sucedida na maioria delas - em quantidade de ações-, já desembolsou mais de R\$ 3 milhões por conta das que perdeu, e está em vias de ser sangrada em valores que alcançam dezenas de milhões de reais, por conta de outras ações, da mesma natureza, em que foi vencida (principalmente, duas ações coletivas, uma em benefício de cerca de 110 funcionários engenheiros e outra de aproximadamente 800 funcionários aposentados). O insucesso da empresa nas ações de níveis se deve à deficiência de sua defesa jurídica, que não utilizou todas as teses possíveis, inclusive muitas constantes de decisões favoráveis à Companhia;

14. As ações que pedem o pagamento de horas extras, no período de 1º/01/1998 a 30/06/2004, consumiram da empresa mais de R\$ 15 milhões; as maiores foram intentadas por ex-chefes de filiais, embora também existam ações de valor expressivo propostas por funcionários de estações de tratamento e bombeamento de água; nestas ações, a tônica tem sido a deficiência na defesa jurídica da empresa, inerte em buscar provas que destruam falsos testemunhos, conluíus e outros artifícios montados pelos empregados para obterem sucesso em suas ações; por outro lado, muitas das ações de horas extras somente são procedentes em razão da empresa reiteradamente descumprir a legisla-

ção trabalhista, contando, inclusive, com a resistência dos funcionários nas ocasiões em que tentou implantar medidas corretivas;

15. Não existe qualquer controle administrativo, financeiro ou contábil analítico confiável que registre as ações trabalhistas movidas contra a empresa e os respectivos valores desembolsados. Esta deficiência propiciou que advogados que defendiam a empresa se apropriassem de sobras de depósitos judiciais e de devoluções de depósitos recursais, cujo valor histórico apurado pela CPI alcançou a soma de R\$ 1,6 milhão e envolveu quatro advogados. Em razão desse descontrole, a empresa também efetuou muitos pagamentos em duplicidade, principalmente de FGTS; em relação a estes, os valores apurados pela CPI - que não abrangem todos os casos - somam cerca de R\$ 162 mil, em valores históricos. Também fruto do descontrole e da falta de conciliação dos depósitos judiciais, foram encontrados em contas judiciais vinculadas a processos já encerrados cerca de R\$ 274 mil, cujos valores não haviam sido sacados pela empresa;

16. A Casan também financia um plano de complementação de aposentadoria, em favor de seus empregados, totalmente irregular, não tendo sido autorizado pelo Conselho de Política Financeira do Estado e tampouco regularizado perante o órgão fiscalizador federal. Este plano de aposentadoria tem sido financiado exclusivamente pela Casan, desde o ano de 1993. Por conta deste plano, a empresa registrava, em seu balanço de 31/12/2003, débitos para com a Fundação Casan - Fucas (entidade privada de assistência social dos empregados da empresa), em valor superior a R\$ 110 milhões;

17. A relação promíscua entre Casan e Fucas também apresenta divergências entre os números dos valores repassados pela Casan à Fundação, bem como dos saldos de final de exercício; além disso, a Casan serviu-se da Fundação para irregularmente contratar um funcionário, como forma de contornar os princípios constitucionais que regem a matéria;

18. O setor jurídico da empresa apresenta problemas de ordem estrutural e de conduta profissional, os quais, em especial os últimos, contribuíram de forma decisiva para o volume do passivo trabalhista da Companhia;

19. Entre os problemas de conduta profissional verificados no setor jurídico da Casan, encontram-se: falta de isenção para a realização de defesa jurídica da Companhia; advogados da Casan incentivando funcionários a ingressarem com ações trabalhistas contra a empresa e direcionando estas ações a determinados advogados; associação entre advogados da empresa (que deveriam fazer a sua defesa) com advogados de empregados; defesas deficientes; apropriação de valores que pertenciam à Companhia (peculato).

Audiência Pública

Benedet apresenta relatório sobre segurança

Após seis meses de trabalho no comando da Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o deputado licenciado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou em audiência pública, na tarde de terça-feira (26), relatório descrevendo as principais ações realizadas em sua gestão na SSP. A audiência foi requerida pelo presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Rogério Mendonça (PMDB). Após a exposição, Benedet foi questionado pelos parlamentares, que apresentaram inúmeras dúvidas sobre a atuação da SSP.



(foto Carlos Kilian)

Secretário da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet

Questionamentos

O líder do PFL, deputado Antônio Ceron (PFL) perguntou a respeito da Lei nº 254, que dispõe sobre o aumento salarial das polícias Civil e Militar. O secretário da Segurança, Ronaldo Benedet afirmou que não depende de sua pasta, mas de recursos financeiros que, por sua vez, dependem da arrecadação do Estado. O petista Afrânio Boppré (PT) questionou sobre quando a lei será cumprida. “O governador tem vontade de conceder o aumento, mas não depende dele, e sim da arrecadação”, respondeu o secretário.

Boppré ainda questionou sobre a construção do “Cadeião”, no bairro do Estreito. Como os moradores do bairro não querem que ele seja construído, Benedet disse que prefere conversar com a comunidade antes de sua instalação. Sobre a descriminalização das drogas, o secretário informou que os usuários deixarão de ser tratados como bandidos, para serem tratados como doentes. A preocupação, entre outras, do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT), recaiu sobre o resultado da licitação para implantação dos

laboratórios de DNA. “Ainda não foi feita a licitação”, disse Benedet.

Denúncia – O líder do PP, deputado Joares Ponticelli, questionou sobre o caso denunciado pelo candidato à Prefeitura de Florianópolis, Chico Assis (PP) de uso de um caminhão e de pessoal da Polícia Militar num comício do concorrente, Dário Berger (PSDB). O secretário afirmou que um ofício, com uma falsa assinatura, chegou à polícia solicitando o material e que isso será investigado com a abertura de uma auditoria.

Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) quis entender melhor uma frase mencionada pelo secretário num pronunciamento: “Florianópolis é violenta, mas não é perigosa”. De acordo com Benedet, a capital é violenta pelo número de mortes, mas não é perigosa porque as mortes estão acontecendo entre eles (os bandidos). Sobre a Operação Veraneio, questionada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), a Secretaria da Segurança Pública pretende fazer o mesmo trabalho do ano passado, mas agora dispõe de mais viaturas. (DAB/GMP/TK)

Principais projetos em andamento

- Setor de Inteligência que conta com o Cadastro Geral do Crime, já iniciado pelo Sistema Prisional e sistema AFIS Criminal;

- Implantação dos postos de boletins de ocorrência, cartilha, grupo de incremento da receita do fundo para melhoria da segurança pública e a integração das polícias Civil e Militar;

- Capacitação e valorização de pessoal, como a premiação policial;

- Ampliação da Polícia Comunitária, denominada de CONSEG e do PROED (Programa de resistência às drogas e à violência, feito pela PM nas escolas);

- Instalação da Central de Polícia de Florianópolis, em 12 de julho. Destina-se ao atendimento de crimes de autoria desconhecida, com

foco no pronto atendimento 24 horas e na investigação criminal. São 20 delegados e 100 policiais de carreira, como escrivão de polícia, inspetor, comissário, escrevente e investigador policial. Este contingente conta com 40 viaturas, equipamentos e armamentos disponíveis na Polícia Civil.

- Reestruturação da Diretoria Estadual de Investigações Criminais resultando na investigação de 54 casos de grande repercussão em todo o Estado, envolvendo homicídio, roubos de carga, desmanche de veículos, tráfico de drogas, extorsão e seqüestro. Foram presas 52 pessoas, apreendidos 152 quilos de drogas, de julho a setembro, sendo que em 2003 esse número não passou de 97 quilos.

Curtas

CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça, presidida em sua última reunião pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB), deliberou pela realização de audiência pública no dia 16 de novembro, às 9 horas, para discutir o Projeto de Lei nº 23/04. Este projeto é do Executivo e institui o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda. A audiência será conjunta com as comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Aprovou também a admissibilidade do Projeto de Lei nº 31/03, do deputado Nelson Göetten (PFL), que normatiza a condição de participação de atletas representantes de municípios nas competições intermunicipais promovidas pelo Sistema Público Esportivo do Estado de Santa Catarina.

Foi rejeitada emenda do deputado Reno Caramori (PP) ao Projeto de Lei Complementar nº 253/04, que trata de critério para subvenções às associações de bombeiros comunitários e voluntários. Na proposta, o parlamentar defendia que não fosse concedido repasse de recursos inferior ao que a instituição tivesse recebido no ano anterior. Em seu voto, o deputado Dionei Walter da Silva disse que a emenda criava, na prática, um

patamar mínimo a cada associação, entrando em conflito com o artigo do projeto que estabelece os tetos mínimos de acordo com o número de habitantes por município. (SD)

CFT

As cooperativas, sem fins lucrativos, que atuam na comercialização de recicláveis poderão ficar isentas do pagamento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), conforme projeto de lei de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL). O PL, de número 112/03, foi aprovado pela Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Afrânio Boppré (PT), no último dia 20.

Outro projeto de lei aprovado na mesma reunião e de autoria do governo do Estado, foi o PL nº 324/04, que autoriza a concessão de imóvel de 648 metros quadrados, localizado no município de São José, para que o Iatel (Instituto de Audição e Terapia da Linguagem) e a Apas (Associação de Pais dos Surdos) possam desenvolver suas atividades.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 18/04, de autoria do governo do Estado, que dispõe sobre a utilização de veículo particular em serviço e sobre o ressarcimento de combustíveis aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina. O projeto teve como relator o deputado Cezar Cim (PDT) e recebeu pedido de vista do

deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PDT). Em seu voto vista, aprovado pela maioria dos parlamentares da Comissão, Vieirão concordou com o parecer do relator pela aprovação do projeto na sua forma original, mas com a ressalva de que cabe ao TCE (Tribunal de Contas do Estado), na apreciação de contas, definir idêntico tratamento àquele utilizado na análise do Poder Executivo. (RMPP)

CECD

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), aprovou a remessa de ofício questionando ao secretário de Estado da Educação e Inovação, Jacó Anderle, questionando os motivos da demora da remessa do projeto que institui o Plano Estadual de Educação para apreciação do parlamento.

Também foi aprovada a admissibilidade do projeto de lei de autoria de Onofre Agostini (PFL), que institui o dia 22 de novembro como a data comemorativa da Seicho-No-Ie. A data refere-se ao nascimento, em 1893, do mestre Masaharu Taniguchi.

Também a proposição do deputado Francisco Küster (PSDB), que cria o Dia do Desportista Catarinense, em 20 de dezembro, recebeu a admissibilidade. (CA)

Projetos aprovados

(foto Solon Soares)

Adequação ao Código Civil

O Plenário aprovou, no dia 20, o Substitutivo Global do deputado Dionei Walter da Silva (PT) ao Projeto de Lei nº 328/04 - de procedência governamental -, que dispõe sobre o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos) de Santa Catarina. A proposta compatibiliza a legislação estadual com o disposto no novo Código Civil Brasileiro, além de corrigir ambigüidades e omissões presentes na lei atual.

Este imposto tem como fato gerador a transmissão causa mortis ou a doação a qualquer título de propriedade ou domínio útil de bem imóvel, direitos reais sobre bens móveis e imóveis e bens móveis, inclusive semoventes, direitos, títulos e créditos. A proposição determina que o imposto incida na sucessão provisória, garantido o direito de restituição, caso apareça o ausente, e na partilha antecipada prevista no Artigo 2.018 do Código Civil. (RV)

PEC

Os parlamentares aprovaram, em segundo turno, o substitutivo global, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), ao Projeto de Emenda Constitucional 3/04, apresentado pelo deputado Volnei Morastoni (PT), que altera o parágrafo 1º do Artigo 96 da Constituição Estadual. Com a alteração, passa a ser permitido a qualquer membro do Ministério Público com mais de dez anos de carreira ser incluído na lista tríplice a ser encaminhada ao governador, para a escolha do Procurador-geral de Justiça.

Segundo o deputado João Henrique Blasi (PMDB), relator da matéria na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o substitutivo, em conformidade com a Constituição Federal, remete o tema para a Lei Orgânica do Ministério. Conforme Blasi, em pesquisa realizada entre os membros do órgão, foi aprovada a tese de que qualquer componente de seus quadros, com mais de dez anos de carreira, pode fazer parte da lista dos três nomes a serem encaminhados ao governador. (RV)

Licitação

Na sessão ordinária do dia 20, foi aprovado também o Projeto de Lei nº 261/04, de origem governamental, autorizando o Executivo, por intermédio da Udesc, a abrir processo de licitação para uso oneroso de imóveis que se encontram sob sua administração, uso, posse e propriedade. A finalidade da licitação é a prestação terceirizada de serviços de apoio à comunidade universitária e local, sendo efetuada na modalidade de concorrência, podendo ser outorgada a qualquer pessoa física ou jurídica, desde que atenda os requisitos previstos no edital.

Determina ainda a proposição que a Udesc deverá firmar contrato subsidiário a esta lei com o licitante vencedor do certame, para pormenorizar as demais obrigações e direitos das partes. Inclusive as relativas à indenização no caso de revogação antes do prazo fixado, sem culpa da entidade concedente. (RV)

Veto

Foi mantido o veto parcial ao Projeto de Lei nº 165/04, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2005. O Executivo vetou a letra E do parágrafo



Diversas proposições passaram pela apreciação do Plenário

fo único do Artigo 8º do projeto, que determinava que serão divulgados na Internet, ao menos, o demonstrativo atualizado mensalmente de contratos e convênios referentes a projetos, descriminando as classificações funcionais e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou conveniente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos.

Segundo o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), autor da proposta vetada, o objetivo foi fazer constar no projeto os mesmos termos da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) nacional, não havendo, com isso, qualquer despesa nova para o erário público, e nem trata-se de inconstitucionalidade, como afirma o governo do Estado. (RV)

Marcha para Jesus

Projeto de Lei nº 288/04, da deputada Odete de Jesus (PL), que institui o Dia Estadual da Marcha para Jesus, marcado para o último sábado do mês de junho foi referendado em Plenário. Na justificativa, a parlamentar argumenta que este dia será voltado para a prática da oração, louvor e adoração a Deus em forma de passeata com músicas *gospel*. Ressalta ainda que a evolução humana tem que ser acompanhada pela fé. (RV)

Prevenção de Acidentes Tóxicos

Tendo como autor o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi aprovado o Projeto de Lei nº 211/04, que institui o Dia Estadual de Prevenção de Acidentes Tóxicos, a ser comemorado anualmente no dia 14 de maio. Herneus explica que a data remete à criação do Centro de Informações Toxicológicas (CIT/SC), instituição pública de relevantes serviços prestados à população catarinense na prevenção e atendimento de casos de intoxicação. O CIT/SC atende, em média, 8 mil casos por ano e completará, em 2005, 20 anos de existência. (RV)

Mel

Aprovado Projeto de Lei nº 87/04, de autoria do deputado Romildo Titon (PMDB), estabelecendo a inclusão de mel na merenda escolar, servida em todas as unidades da rede pública estadual, de acordo com o Conselho Estadual de Alimentação Escolar. De acordo com Titon, o mel, fonte de vitaminas, pela sua excelên-

te qualidade e indiscutível sabor é de fundamental importância para as crianças e atende a todas as necessidades do Conselho Estadual de Alimentação Escolar. (RV)

Viagem

Foi autorizada a viagem do governador Luiz Henrique da Silveira, entre os dias 2 e 15 de novembro, em missão oficial à Ucrânia, à Polônia e à França com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 9/04. (RV)

Placas

O Plenário aprovou, no dia 26, Substitutivo Global, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Projeto de Lei nº 146/04, do deputado Francisco de Assis (PT), que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de placas informativas em obras públicas ou privadas total ou parcialmente custeadas com recursos do Estado. A proposta estabelece que ficam o Estado de Santa Catarina e as pessoas, naturais ou jurídicas, de direito público ou privado, cujas obras foram custeadas total ou parcialmente com recursos do Estado, obrigados a manter na divisa frontal do terreno, em local visível e durante toda a execução da obra, placa contendo informações como o número do processo e data de aprovação da obra ou serviço; nome e endereço da empresa responsável pelo empreendimento; nome e número do registro profissional do responsável técnico; valor da obra; dotação orçamentária onerada; prazo de execução da obra; data de início e data de término de execução da obra. (RV)

Quantificação

Aprovado Projeto de Lei nº 245/04, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que determina a obrigatoriedade de quantificar os alimentos nos cardápios de restaurantes, bares, confeitarias e estabelecimentos similares que fazem entrega em domicílio no Estado.

A proposição estabelece ainda que o descumprimento desta lei implica em advertência e multa, no valor mínimo de R\$ 500 ou R\$ 1.000, em caso de reincidência. (GMP)

Teatro em prol da dignidade na TV

Denise Arruda Bortolon

A Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), e o Fórum Catarinense de Acompanhamento da Mídia promoveram em Brusque, na último dia 22, um festival municipal de teatro contra a baixaria na TV. Centenas de alunos de escolas públicas e particulares participaram do festival, que mostrou o quanto o conteúdo exibido na televisão influencia a opinião de crianças e adolescentes.

Com criatividade, bom humor e muito improviso, os 14 grupos que se apresentaram deram seu recado exigindo o fim da baixaria na televisão brasileira. Segundo o idealizador, deputado Eccel, o interesse para a realização do festival em outras cidades dependerá da vontade das administrações municipais. "Colocamos uma cartilha à disposição das escolas. Agora a idéia vai ter que partir dos municí-

pios". Eccel ainda declarou: "Não há nada de errado com a televisão, e sim com os conteúdos. Não é o telespectador que deve desligar a TV, mas os produtores das redes de televisão que devem cumprir o que estabelece a Constituição".

A Campanha Nacional "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e tem apoio de entidades parceiras como a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa catarinense. O Fórum nasceu da audiência pública que discutiu "O controle social na mídia", na Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Sabendo o quanto a mídia influencia na formação das crianças e jovens é que surge a intenção de levar as discussões deste Fórum e da Campanha para o espaço escolar.

Busca-se, desta forma, debater o assunto por intermédio de texto base a ser dis-

tribuído gratuitamente a todos os educandos e que apresenta conteúdo e dados estatísticos para orientar diretores, professores, especialistas, enfim, todo o corpo de funcionários da unidade escolar. Necessariamente, terá a participação dos alunos para que juntos reflitam a relação que existe entre a mídia e a formação de atitudes, valores e comportamentos.



Deputado Paulo Eccel



Quatorze grupos participaram do Festival de Brusque

Influência

O Fórum tem como objetivo divulgar a Campanha Nacional "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", além de identificar as possibilidades para denúncias em favor da valorização dos direitos humanos na televisão, refletir e analisar a influência da mídia na formação das crianças e jovens, perceber a interferência da mídia dentro do contexto escolar e efetivar a divulgação da campanha nacional contra a baixaria na TV, possibilitando a ampliação da mesma.

Para alunos e diretores de escolas que participaram do festival municipal de

teatro contra a baixaria na TV, esta foi a oportunidade de discutir o tema e pedir mudanças no conteúdo dos programas das emissoras. Segundo o diretor Volmir Aralde, da Escola Estadual Monsenhor Gregório Lockes, a iniciativa trará fôlego para a luta. "Esta iniciativa é muito boa, gostaria que ocorresse mais vezes porque ela tem a ver com a cidadania." Para o aluno Elvis Mello, de 12 anos, foi uma noite muito interessante: "É bom que a escola discuta, porque com isso faz os alunos verem menos TV e também escolher melhor os programas".

Todos podem participar da campanha denunciando programas de conteúdo apelativo e duvidoso pelo telefone 0800-6190619. A ligação é gratuita.



Festival Municipal de Teatro

CONTRA A BAIXARIA NA TV

PAB na Câmara da capital

Com o objetivo de apresentar o PAB (Programa Antonieta de Barros), a coordenadora do programa do Legislativo, Jeruse Romão, encontrou-se com o presidente do Legislativo Municipal, vereador Marcílio Ávila (PP).

O PAB abriga atualmente 40 estagiários provenientes de famílias de baixa renda da Grande Florianópolis e que foram contratados devido a fatores sociais como etnia, gênero, residência em comunidades de periferia e limitações físicas.

Segundo Jeruse, dos 40 jovens de 16 a 24 anos,

que hoje estagiam na Alesc, 37 freqüentam o ensino médio e três o ensino superior. A seleção dos participantes foi feita por 22 organizações não-governamentais e governamentais de vários municípios. "O programa foi uma solicitação de movimentos populares, em 2003, e implantado por iniciativa do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). Foi desenvolvido como projeto piloto em dezembro de 2003 e instituído em julho de 2004, através do Projeto de Lei n.º 285/04. Depois de serem selecionados,

os jovens passam por um curso de adaptação e depois escolhem o setor que melhor se encaixa aos seus objetivos.

O presidente da Câmara de Vereadores disse que gostou muito da idéia e parabenizou a Alesc pela iniciativa. "É um projeto muito interessante e vamos tentar implementá-lo ainda este ano. Não há nada melhor do que se politizar. É uma iniciativa louvável. Isso só tem um nome: inclusão social." De acordo com Ávila, o projeto será implementado na Câmara, com previsão de beneficiar inicialmente 15 jovens. (GMP)



Jeruse, estagiários do PAB e o presidente da Câmara de Florianópolis, Marcílio Ávila